

A universidade e o adoecimento mental de estudantes na perspectiva do Programa Saudavelmente (UFG)

The university and the mental illness of students from the perspective of the Healthy Program (UFG)

Andreza Cândida de Souza*
Tereza Cristina Pires Favaro**

Resumo: O artigo discute o ingresso no ensino superior, as tensões engendradas por desafios acadêmicos, sociofamiliares e pessoais, potencializadores do adoecimento mental de estudantes. Debate os efeitos das contrarreformas na educação superior e suas consequências na precarização da assistência estudantil. Situa as formas de enfrentamento ao adoecimento com o propósito de facilitar o processo acadêmico. Os resultados apontam limites, possibilidades e constrangimentos diante do atual cenário neoliberal, assim como o esforço da equipe do Programa Saudavelmente (UFG), que assegura aos estudantes o acesso ao direito à assistência em saúde mental prevista pela assistência estudantil. O estudo é fundamentado no materialismo histórico-dialético pela possibilidade de ultrapassar a aparência do objeto apontando suas contradições, seus fundamentos ideológicos e mediações com a totalidade social. De abordagem qualitativa, o estudo articula pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foi submetido e aprovado por um comitê de ética.

Palavras-chave: Universidade. Assistência Estudantil. Saúde Mental.

Abstract: The article discusses the entry into higher education, the tensions engendered by academic, socio-familial and personal challenges, which enhance the student's mental illness. Debates the effects of counter-reforms in higher education and their consequences in the precariousness of student assistance. It locates the ways of coping with this illness in order to facilitate the academic process. The results point to limits, possibilities and constraints in the face of the current neoliberal scenario, as well as the effort of the team from the Healthy Program (UFG), that ensures students access to the right to mental health care provided by student assistance. The study was carried out

* Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: andreza.c.souza@hotmail.com

** Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestre em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Assistente Social. Professora do Curso de Serviço Social da UFG - Campus Goiás e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do HC/UFG. E-mail: favaro@ufg.br



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

from dialectical materialism articulates bibliographical, documental and field research. It was submitted and approved by the ethics committee.

Key words: University. Student Assistance. Mental Health.

Recebido em: 26/09/2021. Aceito em 19/06/2023

INTRODUÇÃO

As reflexões deste artigo fazem parte do Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), efetivado em 2021. A pesquisa reflete sobre a realidade estudantil da UFG a partir do Programa de Assistência Estudantil de Apoio à Saúde Mental dos Estudantes, o Programa Saudavelmente, que

[...] atua no atendimento psiquiátrico e psicológico de estudantes da UFG. Buscando uma compreensão dos processos que envolvem a saúde mental em seus diversos aspectos, a Equipe tem realizado um trabalho amplo, com ações diversificadas, como atendimentos preferencialmente em grupo, visitas aos locais de estudo e domiciliares, reuniões entre profissionais de diferentes áreas e discussões interdisciplinares de casos (PRAE/ UFG).

Destarte, o objetivo geral do estudo é conhecer a percepção dos profissionais que lidam com o adoecimento dos estudantes e as suas ações de enfrentamento pelo Programa Saudavelmente: essas atividades podem ser percebidas como ações de promoção de saúde?

O interesse pelo objeto partiu da nossa história de vida enquanto estudante de uma universidade pública, cujo acesso a uma vaga ocorreu por meio de cotas sociais e cuja permanência no curso também se deu em razão de bolsas sociais - uma das políticas estudantis adotadas pela UFG. É, portanto, resultado da vivência das contradições colocadas à formação acadêmica em uma universidade pública, lidando com a vulnerabilidade financeira e o adoecimento mental, entre outras questões que necessitam ser compreendidas. Daí o interesse em investigar as estratégias afirmativas que a universidade tem criado para intervir nessas questões, com vistas a “fomentar a ideia de que o acesso ao ensino superior deve ser indissociável da permanência dos discentes nas instituições” (LADEIRA & MARTINS, 2014, p. 107). Entende-se que existem, por parte dos estudantes e suas experiências cotidianas, muitas expressões da questão social que podem construir narrativas de adoecimento, aspecto que demonstra a relevância deste estudo, sustentado no método histórico-dialético, a partir da realidade concreta investigada e articulada à teoria.

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, sob o parecer n. 3.650.276 de 18/10/2019. Trata-se de estudo qualitativo, sustentado no materialismo histórico-dialético e em estudiosos da temática, como Chauí (2018, 2019); Accorsi (2015); Martins (2002); Sguissardi (2000); Osse (2013), dentre outros. O fenômeno do adoecimento estudantil já tem suscitado estudos por parte da academia, mas o recorte proposto é inédito no Curso de Serviço Social UFG-Câmpus Goiás. Assim, os resultados obtidos devem ser interpretados como possibilidades para novas reflexões e pesquisas, não podendo ser lidos como afirmações conclusivas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA SOB OS VENTOS NEOLIBERAIS: O BANCO MUNDIAL DANDO AS CARTAS

Para muitos estudantes, a euforia do ingresso em uma universidade pública vai sendo, aos poucos, tensionada pelos desafios cotidianos. A necessidade de lidar com a realidade acadêmica e as condições socioeconômicas para se manter naquele espaço impõem barreiras à sua permanência, considerando que o acesso à assistência estudantil não é universal e demanda editais de acesso a direitos. Com isso, constrangimentos marcam tanto a política de permanência estudantil quanto o trabalho dos profissionais inseridos nesse espaço, como o do assistente social, dado que a demanda é superior à oferta e espelha a realidade de acesso às demais políticas públicas no Brasil. Atuar junto à assistência estudantil é um desafio posto ao Serviço Social e implica “administrar” o acesso, utilizando um instrumental construído pelo assistente social para atender aos critérios estabelecidos nos editais, que, ao lançarem mão da análise socioeconômica, reforçam a seletividade - a seleção do mais pobre -, a focalização e, conseqüentemente, a exclusão social. Daí a importância de o assistente social apreender a realidade social em sua totalidade, atravessada pelas contradições da sociabilidade burguesa e da luta de classes. Contudo, ir além da aparência exige rigor metodológico, leitura crítica da realidade para se contrapor ao imediatismo das respostas, às práticas rotineiras e burocráticas que reforçam os limites institucionais. Diante do conservadorismo e da retirada dos direitos sociais, é necessário que o assistente social se aproxime da população usuária em seu contexto sócio-histórico para construir propostas de trabalho criativas, que fortaleçam a democratização do acesso e das informações e respondam às expressões da questão social que perpassam a realidade dos usuários estudantis.

A assistência estudantil, como uma ferramenta de democratização do acesso e garantia da permanência do estudante na universidade, deve se comprometer a alcançar todos que dela necessitem e não estipular critérios de seleção para assegurar a poucos um direito que é necessário que seja universal.

Considera-se que a não garantia das condições de permanência seja responsável pelo elevado índice de evasão, exclusão e adoecimento. Por isso, é necessário que a democratização do acesso esteja articulada às condições plenas de permanência dos estudantes.

Destarte, o ingresso no ensino superior pode significar uma linha tênue entre o prazer e o adoecer. Se se leva em conta que os determinantes sociais interferem na saúde dos estudantes, a passagem para o ensino superior configura um movimento de profundas mudanças e que pode ser extremamente contraditório, passível de estresse, depressão e ansiedade, o que impacta diretamente a vida pessoal e a acadêmica. Esse ponto de vista coaduna com a apreensão do processo saúde-doença como resultante das relações sociais associadas ao meio físico, social e cultural (NOGUEIRA E SARRETA, 2016)

O chão histórico do ensino superior brasileiro é marcado por avanços, desafios e contradições e traz uma marca elitista ao atender a uma parcela ínfima da sociedade. Importante salientar que mudanças ocorreram no sentido de acompanhar as transformações societárias e tornou possível, em parte, o acesso de parcela da população até então alijada do acesso às universidades públicas - povos originários, quilombolas, jovens da zona rural, da periferia, em sua maioria o primeiro membro da família a conquistar um diploma de ensino superior.

Essas mudanças ocorreram com a ascensão de um governo do campo popular (2003-2010): ampliação do número de vagas nas universidades brasileiras públicas e privadas, bem como o desenvolvimento de políticas de ação afirmativa, as cotas sociais, assegurando o acesso dos filhos

das classes populares à universidade, em especial dos estudantes egressos da escola pública. É fato que o governo Lula facilitou o acesso ao crédito, a bens de consumo e à ampliação de direitos. Além disso, também assegurou que os grandes capitalistas não rompessem com as diretrizes principais do antigo governo (CISLAGHI, 2010).

Assim, se houve avanço na conquista de direitos para a classe trabalhadora, houve também uma sintonia com o capital financeiro. Ao mesmo tempo que assegurou programas sociais, aumentou os benefícios para as empresas privadas. Na educação, é possível observar que a expansão de vagas no ensino superior, ações afirmativas, política de cotas foram acompanhadas do crescimento exponencial do setor privado, estimulando a participação das empresas e grupos estrangeiros bem como a introdução das novas tecnologias educacionais por meio da educação superior a distância - EAD (ANDES, 2004).

Com efeito, tem-se o financiamento dos Institutos de Ensino Superior Privados com recursos públicos, aspecto que reforça a disputa, por parte do setor privado com fins mercantis, no acesso ao fundo público. Nesses rumos, o crescimento do ensino superior público vem se arrastando a duras custas, enquanto o setor privado caminha a passos largos (MARTINS, 2006), corroborando o aligeiramento e a precarização da formação na lógica produtivista para atender aos interesses individuais e do mercado, sem uma perspectiva crítica, capaz de apreender as contradições existentes na sociedade capitalista. Isto é, tendo no horizonte a sua superação, mas adaptando-se a ela. Esse modo de conduzir a formação traz implicações tanto para o discente quanto para o docente e envolve, também, o risco iminente de adoecimento.

No que se refere às universidades públicas, precisamente à Universidade Federal de Goiás (UFG), o processo de democratização do acesso e da permanência aponta para contradições, pois, sem financiamento adequado, a expansão da universidade não acompanhou a efetiva condição de permanência a ser feita através de bolsas, moradia estudantil, refeitório, transporte, apoio para estudantes com deficiência física, visual, auditiva e intelectual por meio da eliminação de barreiras atitudinais, físicas, pedagógicas e de comunicação e informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social, e ainda, atendimento médico-odontológico, apoio psicológico e outras ações de respaldo ao estudante durante a sua passagem pelo ensino superior.

Isso demonstra os limites da Política de Assistência Estudantil (PNAES). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pela Portaria Normativa n. 39 de 12 de dezembro de 2007 (passando a ser regido pelo Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010), foi implantado a partir de 2008 nas universidades públicas federais para contribuir no processo de formação, criar as condições de permanência e conclusão de cursos, promovendo a democratização do acesso à educação superior. Não se podem esquecer as contradições que marcam essa realidade, historicamente postas pelo desenvolvimento capitalista, que prioriza o econômico em detrimento do social e obtém, como consequência, profundas desigualdades sociais no acesso e usufruto das riquezas produzidas.

O resultado é a seletividade da Política de Assistência Estudantil, que fica sem meios para a garantia plena de acesso dos estudantes de baixa condição socioeconômica aos programas de assistência, não atendendo, por vezes, às necessidades mínimas de permanência (SANTOS & MARAFON, 2016). Assim, na contramão das reivindicações realizadas nas últimas décadas em relação aos direitos sociais, o atual cenário para o Serviço Social contradiz o projeto ético-político-profissional e seu compromisso com a luta pela educação como direito e como prática emancipadora.

Tal realidade é desdobramento da adesão do Estado brasileiro à agenda neoliberal e às medidas propostas pelo *Consenso de Washington* ainda na década de 1990, de que resultaram contrarreformas afinadas com os interesses do mercado. Com efeito, vêm se reduzindo as possibilidades de financiamento dos serviços públicos e de direitos sociais. Assim como a saúde e demais políticas, a educação é posta na prestação de serviços orientada pelo mercado. A concepção de Estado mínimo se contrapõe às garantias constitucionais, com a seletividade, privatização e terceirização de políticas públicas e sociais cada vez mais focalizadas na extrema pobreza.

Essas reformulações conduziram à abertura do capital internacional e às privatizações de empresas estatais. Nesse trilho, o deus mercado entrou em cena para encerrar o ciclo dos anos de ouro das políticas sociais, com graves implicações para a educação, sobremaneira a de nível superior (BEHRING E BOSCHETTI, 2011).

De outro lado, o Banco Mundial (BIRD) assumiu protagonismo na contrarreforma da educação superior brasileira sob o argumento de alcançar o formato de ensino perfeito, centrado na lógica racionalizadora afinada com os interesses da globalização e com reformas que não colocaram em xeque a ordem do capital. Com efeito, houve diminuição de investimento por estudante, direcionando o foco para ferramentas técnicas e meios estruturais, no sentido de aumentar o que chamaram de “qualidade do ensino”. Portanto, nesse tempo histórico, tornou-se um movimento natural e sutil a interferência do mercado privado nas instituições públicas, abrindo brechas não somente nos “investimentos financeiros” como também na própria lógica de funcionamento de seus órgãos. Uma das orientações presentes no documento “Higher education: the lessons of experience” trata do incentivo massivo à educação privada, usando, como justificativa, a necessidade de preenchimento de vagas, contemplando o maior número de estudantes (CISLAGHI, 2010).

Em sendo assim, aos poucos, o estudante se viu inserido em uma realidade e compelido a responder a um novo conjunto de demandas que passariam não só pela esfera acadêmica, mas por todas as nuances necessárias para que sua vivência se realizasse. Para muitos, a entrada na universidade se tornaria uma imersão em um mundo desconhecido, onde seria preciso atender e oferecer respostas para questões que até então não apareciam em suas vidas - e tudo atrelado a constantes demandas do processo de aprendizado e formação. Vivenciando tantas transformações, ainda ocorreu que muitos desses sujeitos não tinham uma rede de apoio adequada que conseguisse responder aos elementos novos que surgiram, fazendo com que o processo se tornasse, por vezes, solitário, dificultoso e, por conseguinte, adoecedor.

Entretanto, nota-se que algumas universidades brasileiras se mobilizaram para o enfrentamento do adoecimento de sua comunidade. A Universidade Federal de Goiás fez parte disso por meio do Programa Saudavelmente, vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, situada no Campus Colemar Natal e Silva, em Goiânia, Goiás.

O PROGRAMA SAUDELMENTE

O Programa Saudavelmente/UFG é uma estratégia de permanência do estudante no ensino superior prevista pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007). Esse programa desenvolvido pela UFG encontra-se articulado ao de Atenção à Saúde dos Estudantes de Graduação:

[...] como política institucional de assistência estudantil no Brasil, ofertada pela administração central das Universidades e pelo governo federal, começou a ser delineada apenas em 2007, quando foi instituída a partir de uma demanda

do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) (ACCORSI, 2015, p. 17).

Essa proposta de alargar o número de acesso ao ensino superior vem sendo marcada por algumas contradições. Uma delas se materializa na implementação da própria política: posto que se amplia o acesso, mas como fica a permanência? Nesse cenário, ganha materialidade o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), inserido no PDE, com intuito de garantir a permanência e de promover a democratização do acesso aos cursos de graduação presenciais das IFES, superando os desafios que impedem o bom desempenho acadêmico. Sem negar a importância do Pnaes face à histórica desigualdade social brasileira, destaca-se que, na prática, seu alcance não responde a todas as demandas apresentadas pelos filhos das famílias das classes populares com maior acesso ao ensino superior.

Os direitos sociais assegurados no Pnaes, destinados, prioritariamente, aos estudantes em situação de fragilidade socioeconômica, estão entre: assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Como os recursos estão aquém das demandas e não correspondem à real necessidade da expansão de vagas, atende-se somente às situações mais alarmantes definidas por meio de seleção guiada pelo critério de renda. Em outras palavras, não se trata de uma política universal para todos os estudantes de graduação; antes, é restritiva e a instituição ainda pode lançar mão de outros critérios de elegibilidade para o acesso aos direitos previstos (KRISTOSCH, 2017), o que reforça o caráter contraditório do acesso à assistência estudantil proposto como uma política para respaldar os estudantes de baixa renda durante o processo de formação. A política de assistência não consegue atender a todos que dela precisam, fazendo com que uma grande parcela de estudantes fique à margem da proteção assegurada pelo Pnaes.

Nesse caso, fica explícito quão desafiadora é a efetivação do direito à educação, principalmente aos estudantes de baixa renda, que trazem, em seu cotidiano, inúmeras expressões da questão social que devem ser consideradas para compreender suas narrativas. Trata-se de um ambiente diferente, sobretudo levando-se em conta o processo pessoal que envolve o ingresso no ensino superior, como o desgaste para manter a nova rotina; a administração da casa para aqueles que deixaram suas cidades por conta do ingresso na universidade, enfrentando, ainda, a privação do convívio familiar e dos laços de amizade; a permanência diante da negativa de acesso aos auxílios financeiros da assistência estudantil; os diversos desafios que surgem na vida acadêmica, como a própria dinâmica universitária, o excesso de atividades, o convívio com colegas, professores. Supõe-se que, por conta disso, o pressuposto da permanência não venha dissociado de debates com relação ao sofrimento mental, que, por vezes, são desencadeadores da evasão, do agravamento dos sintomas de ansiedade, do adoecimento físico e psíquico. De acordo com dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) dos Institutos Federais de Ensino Superior (IEFES) (2019), mais da metade (52,8%) dos (as) discentes das IFES já pensou em abandonar seu curso. Entre os motivos, 21,2% alegam problemas de saúde. A V Pesquisa buscou conhecer as dificuldades que interferem, significativamente, na vida ou no contexto acadêmico de cada estudante. Entre as dificuldades, 23,7% apontaram problemas emocionais. O mesmo estudo revelou ainda que 32,4% de estudantes estiveram ou estão em atendimento psicológico:

[...] 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico. Quando perguntados se já haviam tomado

medicação psiquiátrica, 9,8% responderam positivamente e 6,5% estavam tomando no momento da realização da pesquisa. Entre os (as) graduandos (as) que estavam ou estiveram em tratamento psicológico, 39,9% fazem/fizeram uso de medicação psiquiátrica. Na outra ponta, ainda que reduzida, mas de forma preocupante, entre estudantes que nunca procuraram acompanhamento psicológico [...], 1,1 % 1,1% (9.200 estudantes) está tomando medicação psiquiátrica e 3,8% já fez uso, mas hoje não o faz mais. (ANDIFES, 2019, p. 82).

E há ainda outros desafios que atravessam a permanência, quando se leva em conta a pluralidade que se insere nesse espaço: pode-se falar aqui das jovens e dos jovens negros que sofrem, cotidianamente, o racismo em todos os aspectos de suas vidas, que são marginalizados, criminalizados e mortos por um sistema sustentado pela hegemonia branca e elitista; da população LGBTQIA+, que também enfrenta diversos desafios tanto nos aspectos sociais quanto nas questões individuais, constituindo uma população com elevado número de violência sofrida, suicídio e sofrimento psíquico que causam impactos significativos quando se dá a sua inserção no ensino superior; de modo mais específico, das/os transexuais, travestis e não-binárias/os, que também vivenciam o impacto de terem a sua identidade invalidada desde muito cedo, tornando extremamente difícil estar em espaços formais onde sua existência não é reconhecida, sendo-lhes negados direitos básicos, como o de serem tratadas/os pelo próprio nome. Lima e Maciel (2019, p. 7) nos lembram que,

[...] apesar da [sic] educação ser um direito de todas/os, o número de estudantes transexuais e travestis que acessam e permanecem na educação superior é muito reduzido comparado ao número de estudantes que terminam o ensino médio.

Muitas vezes, a falta de acolhimento e compreensão das instituições provoca a evasão desses sujeitos ainda no ensino básico, pois não têm sua identidade respeitada. A população indígena e a quilombola também enfrentam dificuldades ao acesso, pois as políticas de assistência estudantil que lhes são designadas mostram-se insuficientes diante da realidade brasileira.

Por isso, mesmo não se podendo negar a importância do programa de expansão do ensino superior, é preciso reconhecer seus limites e desafios. Cria-se um abismo entre o discurso de acesso para todos e a realidade efetivada no dia a dia no ensino superior. Sem negar a ampliação dos programas assistenciais, a lógica excludente do capital prevalece, restringindo a possibilidade de uma realidade democrática que alcance a totalidade dos estudantes.

Ademais, fica nítido que o processo de mercantilização do ensino não se dá de maneira imprecisa, mas através de um longo processo de organização do capital privado e de legitimação do Estado. Cada vez mais, desenvolvem-se mecanismos de apropriação da educação como uma ferramenta de lucratividade diante da intensa implementação do ensino superior como um de seus passos.

Vem desse processo também a progressiva de cursos de ensino a distância e o acúmulo de forças das instituições privadas no Brasil (CHAUI, 1999), resultando na prevalência do privado sobre o público. E, com o privado disputando o acesso ao fundo público para atender aos interesses da acumulação do capital por meio da EaD, reduzem-se as possibilidades de financiamento do ensino superior público e, conseqüentemente, da assistência estudantil abrangente e universal, necessária à permanência/conclusão dos filhos das classes populares da graduação nas universidades públicas.

TECENDO OS FIOS DO PROGRAMA SAUDELMENTE

A Universidade Federal de Goiás (UFG) insere-se nas transformações do ensino superior no Brasil no contexto das modificações do modo de produção capitalista a partir da década de 1970, que resultaram, entre outras políticas educacionais, na criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

Na particularidade da assistência estudantil, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), a universidade vem lidando com as inúmeras questões emergentes a partir do ingresso dos estudantes no ensino superior, na tentativa de ampliar as possibilidades de acesso/permanência na instituição. Como parte disso, situa-se o Saudavelmente, objeto deste estudo, que cumpre um papel fundamental na saúde mental da população universitária/UFG. O programa tem uma longa trajetória na UFG: surgiu em 1987, a partir da iniciativa de assistentes sociais da Coordenação do Serviço Social da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom-UFG), que buscava alternativas para o alcoolismo identificado entre os servidores, com repercussão no cotidiano institucional, sobretudo, o absenteísmo. O trabalho dos assistentes sociais se dava com orientações, encaminhamentos para atendimento especializado e discussões da temática nos diferentes espaços da UFG. Por essa via, os profissionais do Serviço Social identificaram a importância de ações para lidar com substâncias lícitas e ilícitas. Posteriormente, o programa alcançou as demandas dos estudantes tanto em relação à dependência química como à saúde mental de forma geral, levando em conta seus disparadores e fatores de agravamento. Assim surgiu, propositalmente, em 1988, o Programa de Saúde Mental da Procom (RAMOS, 2012), agregando, além do Serviço Social, a Psicologia.

Ramos (2012) nos conta que, à medida que o tempo e as demandas avançavam, a universidade sentiu a necessidade de aprofundar o debate sobre as questões que passavam pelo adoecimento mental, ampliando o olhar no sentido de enfrentar o estigma acerca do tema. Com o surgimento das casas de estudantes, o debate foi alçado à comunidade acadêmica como um todo. Entendeu-se, assim, a importância de alargar o apoio para todos os segmentos que compunham a UFG, até então circunscrito aos técnicos e servidores. Depois de um processo de capacitação, adensamento e bastante estudo sobre as necessidades a serem pautadas, houve a ampliação do atendimento de Saúde Mental para os estudantes. Compreendendo a expansão desse serviço e a nova dimensão tomada, a equipe de atendimento foi ampliada e, em 2003, ocorreu a criação do Saudavelmente, reunindo enfermagem, psicologia, psiquiatria. Anote-se que, nesse espaço, o Serviço Social é porta de entrada do usuário, na identificação de suas necessidades e demandas, inclusive de outras áreas profissionais.

Diante disso, tornou-se imprescindível que a instituição estivesse atenta às especificidades referentes à ocupação do espaço (universidade) para além do espaço da sala de aula, estimulando atividades coletivas de cultura, esporte, lazer, como estratégias de prevenção do adoecimento discente. Promoveu fóruns, rodas de conversas, na perspectiva da escuta qualificada das demandas discentes, dos relatos de adoecimento, com vistas ao enfrentamento desses desafios.

Assim, por mais que a profissionalização seja o motivo de ingresso na universidade, ela não é o único fator de relevância e transformação do sujeito ingressante e, sim, uma abertura para uma nova realidade na vida de cada um dos estudantes:

O ingresso no ensino superior marca o início da transição para o mundo do trabalho, assim como para a autonomia própria do jovem adulto. Esse processo tem lugar numa fase importante do desenvolvimento psicossocial do discente,

pois suas preocupações e problemáticas são espelho de dificuldades características da transição da adolescência para a fase adulta. Assim, o estresse, em sua fase aguda, associa-se a um leque de patologias físicas e mentais, tais como: depressão, ansiedade, desequilíbrio emocional, problemas sexuais e outras (RAMOS, 2012, p. 67).

Compreendendo a fragilidade do momento, a universidade apresentou, portanto, um urgente e necessário olhar atento aos jovens. Entendeu que o ingresso não implica somente em uma mudança na dimensão do estudo, mas de um novo formato de socialização, que afeta todas as esferas da vida, impactando, diretamente, as formas como esses jovens apreendem as coisas, se relacionam e se comportam. Nesse sentido,

De maneira geral, o jovem ingressante na universidade depara-se com várias situações novas, pressões sociais, que favorecem condições próprias para apresentar flutuações de humor e mudanças expressas no comportamento. [...] O jovem, sem conseguir identificar, negar, ou por vergonha de reconhecer a necessidade de ajuda, fica sem ter a quem recorrer e, muitas vezes, se envolve em situações de risco e fica sujeito ao sofrimento psíquico. O processo de desenvolvimento juvenil está relacionado com o contexto onde está inserido; assim, não se pode negar a responsabilidade da sociedade em acolher a demanda dessa parte da população (OSSE, 2013, p. 36).

Além disso, o surgimento do adoecimento psíquico nesse cenário não se distancia da lógica de sociedade em que vivemos, considerando o agravamento da desigualdade social provocado pela política neoliberal e seus exacerbados individualismo e competitividade. É necessário compreender o processo de aprendizagem e, nele, o discente, mas na perspectiva de totalidade. Assim, a instituição deve estar preparada para assegurar o respeito pelo diferente e pela diversidade, pois trata-se de dimensões essenciais do processo educativo.

Nos últimos anos constata-se um aumento da população universitária com uma diversidade muito grande de características étnicas, sociais, culturais, de valores e motivações. Nota-se um empenho por parte do governo, no Brasil como em alguns outros países, em abrir mais vagas, mas ainda não existe o mesmo empenho para atender a diversidade de características e expectativas dessa população. Existe hoje maior acesso ao ensino superior, mas pouca preocupação em que os estudantes sejam bem-sucedidos educacionalmente (OSSE, 2013, p. 01/02).

Como apontado, os determinantes são diversos e, então, cabe aqui uma desmistificação sobre o sofrimento psíquico, que

[...] não pode ser observado por meio de exames, ele é compreendido com base em diferentes sintomas, e isso não quer dizer que não provoque dor e sofrimento. O sofrimento psíquico atinge hoje grande parte da população, e isso ocorre por diferentes motivos como: transformações socioculturais, fatores fisiológicos e hereditários [...] é importante reconhecer o sofrimento e suas diferentes manifestações individuais; o sofrimento para uma pessoa não é necessariamente o mesmo para outra, mesmo quando submetidas às mesmas condições ambientais (OSSE, 2013, p. 32-33).

A forma como o ensino é estruturado não está isolada, porque atende aos interesses da sociedade capitalista e, vivendo sob a égide neoliberal, é impossível ignorar esses fatos. Afinal, estamos trabalhando na perspectiva da totalidade e daí parte a importância de aproximar e considerar as relações, as particularidades e as singularidades que auxiliam a entender o adoecimento no sentido de estabelecer conexões possíveis para a sua apreensão e enfrentamento. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), “saúde não é apenas ausência de doença, mas a condição de perfeito bem-estar físico, mental e social” (OPS/OMS, 2016). Sendo assim, quando se pauta a assistência estudantil, é necessário entender não somente os aspectos visíveis, mas também os condicionantes sociais para seu devido enfrentamento. Isso porque o sofrimento psíquico é uma questão de saúde pública e exige o enfrentamento por parte das autoridades e das instituições.

Com o advento do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido pela Constituição Federal de 1988, outro desenho da política de saúde foi colocado em marcha, sustentado pelo projeto de Reforma Sanitária. O projeto atingiu a saúde mental nos moldes da Reforma Psiquiátrica, que enfatizava os aspectos biopsicossociais do adoecimento, fortalecendo o trabalho em equipe multidisciplinar e a adoção de diferentes recursos terapêuticos; fortalecendo também o diálogo, a participação da família no tratamento, a reinserção social do sujeito, a sua não exclusão do convívio social; e contribuindo para a quebra de preconceito da sociedade em relação ao adoecimento mental. Em sintonia com os pressupostos da Reforma Psiquiátrica, as universidades brasileiras, diante do agravamento da saúde mental da população universitária, vêm mantendo serviços de orientação, prevenção e apoio. Com todos os desafios, são iniciativas importantes e necessárias e, dentre essas, a assistência prestada aos estudantes pelo Programa Saudavelmente, que se propõe intervir nas expressões do sofrimento psíquico.

Os profissionais desenvolvem estratégias para atender às demandas com abordagem interdisciplinar, ações múltiplas e atendimento a casos graves. O atendimento inicial é realizado por meio de agendamento grupal, quando se realiza o acolhimento e torna-se possível a aproximação da demanda individual. Após, tal demanda é debatida pela equipe para os encaminhamentos necessários ao processo terapêutico. A forma de acesso, entretanto, não acontece somente de forma grupal. Existe uma disponibilidade profissional nos turnos da manhã, tarde e noite para atendimento de demandas ocasionais, principalmente casos emergenciais que buscam apoio junto ao Saudavelmente (RAMOS, 2012): comportamento agressivo e agitado, tentativa de suicídio e abuso de substâncias lícitas ou ilícitas. Alguns atendimentos específicos conforme avaliação da equipe são encaminhados ao hospital universitário da UFG via núcleo de regulação. Ressalte-se ainda que o alcance das ações do Saudavelmente não finda nos atendimentos. São ofertadas ações e programas de prevenção de adoecimento de saúde mental por meio da divulgação de informações, de palestras e de seminários (RAMOS, 2012).

Tal programa existe há mais de 20 anos para apoio à saúde mental da comunidade acadêmica. Na particularidade dos estudantes usuários do Programa, as principais demandas apresentadas são,

[...] 38% sofrem de ansiedade e 34% de depressão [...] já que se trata dos grupos de ansiedade/sintomas e transtorno de humor, confirmando assim a hipótese de que, para a maioria dos discentes, a universidade é um espaço novo, no qual ingressam, em sua maioria, muito jovens, saídos de escolas onde o ritmo de estudo é diferente e onde, aparentemente, há menos competição, menos exigência de autonomia, o que, naturalmente, gera insegurança. Também acontece que quando passam no vestibular, começam a lidar com as cobranças da família por projetos futuros. O ingresso no ensino superior marca o início da transição para o mundo do trabalho, assim como para a autonomia própria do

jovem adulto. Esse processo tem lugar numa fase importante do desenvolvimento psicossocial do discente (RAMOS, 2012, p. 67).

Por meio do estudo empreendido por Ramos (2012), foi possível ampliar o conhecimento sobre o Saudavelmente.

É interessante que da maioria dos discentes que procuraram o Programa Saudavelmente, 81,3 %, é originária de escolas públicas; apenas 18,7% vieram de escola particular. No senso comum se diz que as Ifes são para estudantes que vieram de escolas particulares e aqui é mostrado exatamente o contrário, o que é um importante dado. Segundo o Fonaprace (2010) 45% dos estudantes são oriundos da escola pública e 50% cursaram a maior parte do ensino médio na escola pública. E quase 90% dos estudantes são oriundos do ensino médio padrão (RAMOS, 2012, p. 63).

Partindo do pressuposto de que a presente pesquisa busca explicar ou discutir um tema, a questão norteadora das reflexões foi: as ações do Programa Saudavelmente têm conseguido responder às demandas de saúde mental apresentadas pelos estudantes da UFG?

Na tentativa de encontrar as respostas, utilizou-se, na coleta de dados, a entrevista, que emergiu como a possibilidade de nos aproximarmos da realidade concreta das participantes do estudo, tendo como campo empírico o Programa Saudavelmente. Dessa forma, guiados por um roteiro com perguntas abertas e fechadas, entrevistamos as(os) profissionais da equipe, responsáveis pelo atendimento de saúde mental da comunidade universitária UFG: psicólogas(os) e psiquiatras, que, a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aceitaram participar do estudo. Para tanto, recorreu-se à plataforma digital Google Form, tendo em vista o cenário de pandemia pela Covid 19, uma vez que as autoridades sanitárias recomendavam o distanciamento social como medida mais eficaz para tentar conter a propagação do vírus. A equipe do Saudavelmente participante do estudo encontra-se na faixa etária entre 30 e 60 anos e é, em sua totalidade, formada por mulheres.

Assim, ao serem perguntadas sobre as demandas atendidas pelo Saudavelmente, foram as seguintes algumas das respostas das participantes:

A saúde mental dos discentes é a demanda do SDM. Muita sobrecarga. Muito pouco profissional (Participante 2).

Atendimento aos alunos, aos coordenadores de cursos, eventos, palestras, aulas específicas, apoio a situações de emergência dentro das unidades (Participante 4).

Daqui já se deduzem os inúmeros desafios postos pelas demandas diversificadas atendidas pelo Programa: de fatores de risco e situações de grave adoecimento até ações formativas e de prevenção. Com uma equipe pequena, se se leva em conta a proporção da UFG, a sobrecarga de trabalho se torna inevitável, como destacado pela participante 2, o que, muitas vezes, dificulta a possibilidade de o trabalhador desenvolver seu trabalho com qualidade, criatividade, ética e competência.

A sobrecarga é resultante das mudanças operadas no mundo do trabalho para atender aos interesses do capital, ou seja, é consequência da intensificação da exploração do trabalho e da agudização da questão social: as condições sob as quais o trabalho se realiza no capitalismo o tornam cada vez mais alienante, embrutecido e adoecedor. Com isso, os sujeitos perdem o

sentido do seu próprio trabalho - que lhes resta apenas como um meio de prover, minimamente, sua existência.

Essa sobrecarga plausível de adoecimento e sofrimento mental espelha a realidade das políticas públicas no Brasil, em especial das políticas sociais, que vêm, ao longo dos anos, sofrendo contínuo desmonte e ataques operados pela contrarreforma do Estado brasileiro, que se traduz no enxugamento da máquina pública a partir da privatização e terceirização de serviços, no limite com gastos de pessoal e na ausência de realização de concurso público nas diferentes esferas de poder. Prevalecem o descompasso entre o número de trabalhadores em relação às demandas sociais e a precarização do trabalho quanto à sua intensificação, condição e organização, flexibilização de direitos trabalhistas historicamente conquistados, mas apreendidos pelo neoliberalismo como privilégios (ANTUNES, 2008).

Ao analisar esses dados, tentando entender o fenômeno dentro de uma totalidade carregada de determinações e contradições, percebe-se quão desafiador é, para a UFG, imbricada à reestruturação produtiva, enfrentar essas transformações impostas. Como visto na particularidade do Saudavelmente, um programa voltado para a questão da saúde mental da população universitária, portanto necessário para a possibilidade de assegurar a permanência de parcela significativa de estudantes no ensino superior, os entraves são muitos e de diferentes ordens. O programa atende por necessidade e não por demanda, ou seja, o acesso não é universal. É seletivo face às condições objetivas existentes. E se efetiva sem perder de vista as transformações que atingem a totalidade da vida em sociedade: mudança nas relações de trabalho, com exacerbação do individualismo, da competição, conforme apontado por participante do estudo, ao avaliar o trabalho em equipe:

Dificuldade da equipe no cumprimento de regras e normas, falta de cooperação, disputas internas e meios de comunicação que não abrangem toda a equipe (Participante 6).

Sob a mundialização do capital, a precarização do trabalho perpassa também as relações de poder, configurando-as, por vezes, assimétricas, autoritárias, hierarquizadas, ausentes de diálogo, provocando insatisfação e adoecimento dos trabalhadores. Tanto que, além dos desafios presentes nas demandas que a equipe enfrenta, questões administrativas e de gestão foram apontadas pelas participantes como agravantes que afetam, diretamente, a realidade e impactam a sua atuação profissional.

Na minha opinião, as principais dificuldades se dão no âmbito da gestão. Realizamos um trabalho difícil, com uma alta demanda emocional, que exige muito dos profissionais que atuam nesse serviço. Assim, desgastes com a gestão e interferências na condução do trabalho prejudicam o andamento do serviço e contribuem para o adoecimento dos servidores. Quando se tem autonomia e liberdade para se desenvolver os trabalhos, as questões estruturais e materiais não interferem tanto (Participante 5).

Pode-se perceber que o sentido do trabalho está associado à autonomia, à liberdade, ao reconhecimento da experiência de cada membro da equipe em relação às formas de organização, à possibilidade de se comunicarem uns com os outros, às suas reflexões, ao respeito às decisões. São fatores possíveis de gerar satisfação no trabalho, de aguçar a criatividade, de fortalecer o coletivo e atenuar as tensões, as angústias, o sofrimento e o adoecimento.

Outros nós críticos vêm à tona e, com eles, pensamos que este estudo tem o objetivo de contribuir com o debate e ampliar o olhar da população universitária e usuária do Programa Saudavelmente e de sua equipe, que lida, cotidianamente, com as demandas e que está exposta à tensão que elas provocam:

[...] avalio que é um desafio estabelecer um espaço de cuidado para a equipe em meio às diversas e numerosas demandas do trabalho. Mas há tentativas nesse sentido, mesmo que não exista atualmente um espaço ou momento regular para isso (Participante 3).

Na verdade, na impossibilidade de assumirem as responsabilidades pelo enfrentamento desses agravos, as ações demoram a acontecer ou, talvez, sequer aconteçam: “[...] infelizmente não há tempo para alguma ação nesse sentido, pois a demanda de trabalho é gigantesca” (Participante 6). Isso revela as circunstâncias com as quais a equipe se defronta: o contato com a dor, o sofrimento, o adoecimento, o excesso de demandas, o estresse, a ansiedade, as relações verticais.

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo Programa Saudavelmente, os dados da pesquisa mostram uma tendência de desgaste e de fragmentação. Apesar das inúmeras possibilidades que o programa possui, elementos como infraestrutura, relações de poder e alta demanda afetam diretamente os resultados possíveis de se obterem. Isso não quer dizer que o trabalho não seja efetivo. Significa que sofre estrangulamentos diante da limitada capacidade de atendimento e pelos motivos já expostos. Assim, quando perguntado sobre os impactos da sua atuação no atendimento aos estudantes, diante das condições estruturais e materiais que compõem a realidade do Programa, 100% das respostas foram de aprovação, embora sempre apontando a insuficiência de pessoal como um desafio ao trabalho,

O impacto geral continua sendo positivo, mesmo com condições que poderiam ser melhores. Acredito que o único impacto negativo seria para aqueles que ficam sem atendimento no Saudavelmente, por falta de vagas. Mas isso já seria algo relacionado à necessidade de mais mão de obra (Participante 6).

Nesse caminho e sob a égide neoliberal, o trabalho da equipe do Saudavelmente vai acontecendo e, com ele, o conhecimento da realidade da população atendida. Com isso, podem-se identificar as condutas de risco à saúde mental em estudantes da UFG. Sem esquivas das respostas, participantes do estudo apontaram evidências da dinâmica da universidade que potencializa o adoecimento dos estudantes:

Falhas na comunicação, relações adoecidas, falta de uma política institucional de cuidados em saúde mental. Carga horária excessiva, professores exigentes em demasia, gestão ineficaz das casas do estudante (Participante 6).

Nos dias de hoje, o ensino superior, aderido ao modelo de educação proposto pelo Banco Mundial, incorpora a lógica produtivista do capitalismo, com priorização da quantidade sobre a qualidade do trabalho desenvolvido. Como consequência, temos a elevada carga horária em sala de aula em detrimento de atividades de pesquisa e extensão, aspectos passíveis de gerar sofrimento psíquico. Nota-se a necessidade de a instituição criar espaços para refletir, criticamente, com a comunidade universitária, sobre o processo ensino-aprendizagem (outros debates são necessários, como identidade de gênero, racismo, homofobia), tornando esse caminho menos sofrido e mais prazeroso para os estudantes.

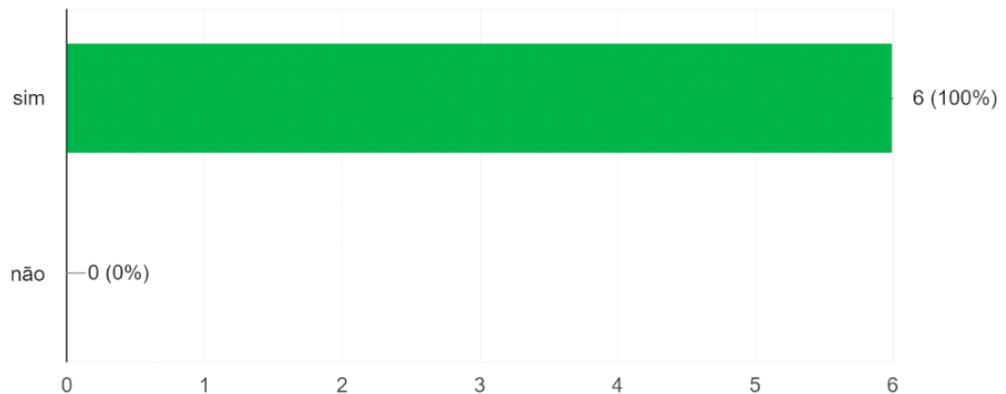
Afinal, a universidade não deve ser local de adoecimento e o aprendizado também não deve ser desencadeador de sofrimento, capaz de provocar a exclusão, a evasão. O ambiente acadêmico deve ser um espaço de produção de conhecimento, de cultura a serviço do povo, de resistência a toda forma de preconceito e opressão.

Não há como negar que esse debate é urgente e deve ser feito. É necessário que a UFG, cada vez mais, promova debates sobre a realidade dos estudantes – sem excluir docentes, técnicos e administrativos –, fortaleça os canais de articulação e apoio às demandas estudantis, criando alternativas e oportunidades de compartilhamento de interesses comuns, de lidar melhor com as pressões, para que todos sejam compreendidos e respeitados em suas especificidades. Dessa forma, contribuirá para a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.

A presente pesquisa identificou ainda a prevalência de comportamentos de risco entre os estudantes/UFG, conforme afirmado por todas as entrevistadas (100%). São considerados comportamentos de risco aqueles que colocam em risco a integridade física, mental, psicológica, moral e/ou social do indivíduo.

FIGURA 3 – Comportamento de risco da comunidade acadêmica UFG

É possível identificar prevalência de comportamentos de risco entre os estudantes UFG?
6 respostas



Fonte: organizado pelas autoras, 2020.

Esse dado reforça mais uma vez, o caráter essencial de um programa voltado a essas questões. Sobre a adaptação à nova realidade da vida estudantil, participantes do estudo (50%) observaram a produção de situações que corroboram o processo de adoecimento dos estudantes, como o “uso de álcool e drogas” (Participante 1), “a dependência química” (Participante 2) e “o abuso de substâncias lícitas e ilícitas” (Participante 4). Lembrando que, na atualidade brasileira, o uso de drogas lícitas e ilícitas aparece como um dos maiores problemas de saúde pública.

Osse (2013), ao realizar uma pesquisa com os gestores da Universidade de Brasília (UnB) que lidam diretamente com as questões da Assistência Estudantil, afirma que a entrada na universidade traz um “deslumbramento inicial” e faz com que os estudantes se sintam imersos num mundo novo de possibilidades e liberdade, tornando-os mais suscetíveis a esse tipo de situação de risco. Também é apontada a negligência substancial ao se debater sobre o consumo de álcool e drogas, muitas vezes encarado como um tabu. Assim, “[...] A falta de rede de apoio é relatada como a grande variável que pode ter como consequências vários comportamentos inadequados, como o uso de drogas, álcool e o baixo desempenho acadêmico” (OSSE, 2013, p. 200).

Como visto, o acesso ao ensino superior não encerra a ansiedade e a angústia de parcela significativa dos estudantes. Ao contrário, novos desafios são colocados durante a permanência na universidade, plausíveis de interferir na qualidade de vida dos estudantes e na própria formação. Vale salientar que, muitas vezes, o estudante concilia vida acadêmica com trabalho e, por vezes, tem família e filhos. A universidade que inclui pode ser considerada, contraditoriamente, um espaço de exclusão. O ingresso não garante a permanência no ensino superior – até porque os estudantes de famílias das classes populares também enfrentam dificuldades de ordem econômica.

A sociabilidade do capital agrava a desigualdade econômica e social, criminaliza a pobreza e atribui o infortúnio à própria condição humana. Inserida nessa lógica, a educação superior brasileira buscou democratizar o acesso na tentativa de reduzir as desigualdades e todas as formas de discriminação. Todavia, não interrompeu a exclusão, que se apresenta de formas diferenciadas.

Para além do contexto sócio-histórico no qual estão inseridas, algumas experiências do cotidiano universitário estão associadas à presença de sofrimento psíquico em estudantes. Fatores como violência, trote, *bullying*, discriminação social, homofobia, racismo, além das estruturas pedagógicas e curriculares dos cursos podem causar sofrimento psíquico em estudantes universitários (PEREZ, BRUN e RODRIGUES, 2019),

O sofrimento psíquico é entendido como um conjunto de condições psicológicas, ocasionadas por situações reais ou não, que geram mal-estar, que, por sua vez, ultrapassa o desconforto de ordem fisiológica, sendo seus principais sintomas de ordem emocional e relacional (CAIXETA e ALMEIDA, 2013, p. 27108).

É indiscutível que o sofrimento psíquico, além de afetar diretamente os resultados acadêmicos, impacta a vida dos sujeitos a longo prazo.

A maioria das participantes reconhece a discriminação como agravante da saúde mental dos estudantes: “muitos chegam adoecidos por isso” (Participante 2). E, indo além, identificaram que as “[...] expressões da violência e da exclusão social, como, por exemplo, o preconceito, podem ser associadas a quadros de adoecimento e agravos em saúde mental” (Participante 3). Notam-se as manifestações “[...] principalmente em relação à etnia, gênero e situação socioeconômica” (Participante 6). O entendimento de Accorsi (2015, p. 63) sobre isso é preciso:

Questões econômicas, sociais, de raça, são consideradas determinantes estruturais de saúde, pois geram estratificação social. Se a posição social das pessoas determina suas oportunidades de saúde, cabe à Universidade, que acolhe pessoas em posições sociais as mais diversas, garantir, pelo menos no que diz respeito a suas iniciativas, um acesso equânime de todas essas pessoas às suas iniciativas em prol da saúde (ACCORSI, 2015).

Em relação aos estudantes que frequentam/recorrem ao Saudavelmente, foram questionados o seu adoecimento e como ele se manifesta: “[...] os estudantes estão muito adoecidos por demandas da própria vida acadêmica e também porque temos um perfil, hoje, com mais vulnerabilidades sociais, que faz com que tudo isso se agrave” (Participante 1).

Dados divulgados pela Andifes em 2010 revelaram que “[...] 48% dos discentes das IFES passam por alguma dificuldade emocional, psicológica” (Apud RAMOS, 2012, p. 66),

O adoecimento do estudante é um processo complexo com vários fatores que interferem. Geralmente, não há uma única causa. O processo de adaptação à Universidade, relacionamento familiar e interpessoal, o processo de

ensino-aprendizado, situações de violência física e psicológica são fatores que potencializam o adoecimento. A saúde do estudante precisa ser pensada a partir de múltiplos fatores. Não se pode observar apenas um ponto isolado (Participante 5).

É necessário considerar ainda que parcela significativa dos estudantes que chega à universidade é proveniente das classes populares, com histórico de vida marcado por inúmeras expressões da questão social, acrescidas de tantos outros desafios, como as condições de permanência, o preconceito, o racismo, a homofobia, a relação com os professores, com os colegas, o desempenho acadêmico. Por isso, ao problematizar sobre o acesso à universidade pública, é imprescindível considerar, nos sujeitos que ingressam no ensino superior, em especial na UFG, as particularidades sociais que apresentam e que exigem o apoio institucional para garantir sua permanência. A Assistência Estudantil e, nela, o Saudavelmente, enfrentam essa realidade multifacetada, que demanda respostas de várias ordens, porque tal situação expressa a realidade socioeconômica, política e cultural da classe trabalhadora brasileira. Essa realidade, já inerente ao capitalismo e que se intensifica sob a égide neoliberal, afeta a saúde física e mental dos sujeitos em geral e dos estudantes e da comunidade acadêmica em especial, provocando estresse, depressão, ansiedade e sofrimento.

Assim, quando questionadas sobre a relevância do programa: “[...] tudo no SDM é relevante, mas as demandas que têm aparecido, como as tentativas de suicídio, me marcam mais. Toda equipe se desvelando para salvar vidas”. (Participante 2).

Diante da escassez de recursos, percebe-se o esforço da equipe em assegurar aos seus usuários o acesso ao direito previsto na assistência estudantil:

Para ampliar as possibilidades de assistência aos estudantes, o Saudavelmente tem parceria com outras instituições. Em geral, nessas parcerias, a equipe do Saudavelmente oferece supervisão, tutoria e/ou ensino a profissionais da Psicologia ou da Medicina (em formação na área da Psiquiatria) e em contrapartida estes profissionais atendem os estudantes acolhidos pelo Saudavelmente (Participante 3).

Nesse sentido, a equipe do programa se soma a diferentes parcerias para ampliar a possibilidade de assistência, de promoção e proteção da saúde mental dos estudantes. Em meio à situação com que se depara no cotidiano, muitas vezes a solução extrapola os limites institucionais: “[...] a gente tira do próprio bolso muitas vezes” (Participante 1).

De modo que o estudo verificou ser inegável o impacto de um programa voltado a pensar a saúde mental de forma a que não se debruce apenas nas questões emergenciais, mas que seu alcance possa assegurar um ambiente acolhedor que permita uma vivência diversa, que acolha a diferença e faça a defesa de uma universidade de fato inclusiva e atenta à sua população. Pois “[...] é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, p. 17, 1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da discussão feita até aqui, foi possível apreender como as estruturas da sociedade em que vivemos reverberam nas mais diversas esferas da vida social. Ao nos debruçarmos sobre

um tema intrinsecamente ligado a um processo social marcante na sociedade, que é a passagem pela universidade, podemos observar as inúmeras implicações de uma lógica capitalista e alienante. Não se trata apenas das relações de trabalho, das esferas macro, de algo distante. Estamos falando do cotidiano, onde os sujeitos, a cada dia, têm de ceder um pouco para se adequar ao modelo de vida imposto pelo capital: competitivo, fragmentador e, acima de tudo, adoecedor.

Apontar a questão do adoecimento mental se apresenta como um fator decisivo para a construção de uma universidade cada vez mais plural, que entenda seus sujeitos como indivíduos sociais carregados de subjetividade e de direitos sociais que precisam ser materializados e respondidos.

Portanto, trata-se da construção de condições objetivas para que essas relações se tornem possíveis. A universidade é chamada a assumir um papel para além da dimensão prática da formação acadêmica, ou seja, necessita assegurar a formação de homens e mulheres capazes de desenvolver pensamento crítico e afirmativo, sujeitos de suas próprias histórias.

Refletir sobre a universidade pública brasileira torna necessário reconhecer o seu chão histórico de luta e resistência contra a lógica excludente do capital em defesa do direito à educação e problematizar a sua realidade atual diante dos desafios e limites impostos a si pela lógica neoliberal, na particularidade da assistência estudantil, que impõe uma política de permanência seletiva, burocrática e insuficiente. Dessa maneira, fica nítida a necessidade da luta constante e permanente da assistência estudantil como direito e de acesso universal. Os programas de permanência estudantil existentes não são universais, vez que o acesso pressupõe editais de seleção.

Isso escancara os desafios colocados tanto ao Serviço Social, a partir da assistência estudantil, quanto ao assistente social, por ser uma profissão de caráter sociopolítico, interventiva e crítica, que lida, no seu cotidiano, com a questão social em suas diferentes manifestações. Daí a importância de construir um exercício profissional orientado pelos princípios do projeto ético-político-profissional, que assume a defesa da assistência estudantil como direito e reafirma o compromisso e a defesa da educação pública universal, da universidade de qualidade acadêmica, autônoma, democrática, laica, crítica, presencial, inclusiva, socialmente referenciada e que contemple as demandas da classe trabalhadora.

Como parte desse processo, o Programa Saudavelmente sofre as suas consequências e compromete as medidas de promoção e prevenção à saúde mental direcionadas à comunidade universitária/UFG: com profissionais altamente qualificados e em número reduzido, fica impossibilitado de responder à demanda crescente.

Durante a pesquisa, foi possível identificar os desafios cotidianos existentes no Programa Saudavelmente dentro da lógica na qual a universidade está inserida, de desmonte e sucateamento dos bens públicos. Entretanto, tais limites não retiram a empolgação e o compromisso das profissionais diante das possibilidades que o programa propicia. Vemos isso como uma grande conquista para o programa e para a população usuária. Cabe enfatizar as diferentes possibilidades e formas de lida e de intervenção profissional no processo de adoecimento estudantil, o que reforça a importância da articulação da equipe na defesa e garantia do acesso à assistência estudantil como direito.

Assim, diante da ausência de uma rede de apoio, é inegável o esforço da equipe de encontrar possibilidades de alargar o alcance das suas ações por meio de parcerias. Portanto, consubstanciados na discussão estabelecida e nos dados apontados pelo estudo, foi possível identificar que o Saudavelmente tem feito a diferença na vida dos estudantes usuários do programa no enfrentamento do seu sofrimento mental e promoção da sua saúde. Junto a isso, observa-se que, diante

de uma demanda crescente e desafios materiais significativos, o programa é efetivo para aqueles que deles se beneficiam, isso sem negar que ele não consegue responder a toda a demanda da comunidade acadêmica desde que esbarra na falta de estrutura para abarcar um quantitativo dessa monta. Aqui, fica nítido que a problemática não se pauta na capacidade da instituição de dar respostas à questão, mas de uma estrutura de sociedade que não preconiza a saúde mental dos estudantes e, de forma mais incisiva, a educação pública para todos.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, M. P. **Atenção psicossocial no ambiente universitário**: um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 105 pp., 2015.
- SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES - SN). **A contrarreforma da educação superior** - uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo Lula. Publicação do Grupo de Trabalho de Política Educação - GTPE/ANDES-SN, Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.andes.org.br/secretaria/gts/A%20contra-reforma%20-%20caderno_andes_gtpe.pdf. Acesso em: 7 set 2019.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, 1994. Disponível em: < https://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/au0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf > Acesso em: 22 set 2019.
- BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social** - fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- CAIXETA, S. P. e ALMEIDA, S. F. C. Sofrimento psíquico em estudante universitário. *In*: XI Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7352_4882.pdf>. Acesso em 11 jan 2020
- CISLAGHI, J. F. **Análise do REUNI**: uma nova expressão da contrarreforma universitária brasileira. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/433.pdf> > Acesso em: 11 jan 2020.
- CISLAGHI, J. F. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 241-266, abr./jun. 2011.
- CHAUÍ, M. **A Universidade Operacional**. São Paulo, 1999. Disponível em: < <https://uspcf.files.wordpress.com/2011/06/chau-i-m-universidade-operacional1.pdf> > Acesso em: 28 ago 2019.
- FAVARO, T. C. P. **O governo Mauro Borges (1961-1964)**: o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.
- FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019. Disponível em <https://www.andifes.org.br/wp-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acesso em: 26 mai 2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, T. S.; MACIEL, C. E. Nome social, acesso e permanência na educação superior. *In: VII RAMS: Reunião de Antropologia de Mato Grosso do Sul. Caderno de Resumos*, 2019, Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 2019. v. 01. p. 24-32.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. *In: Revista Acta Cirurgia Brasileira*. vol.17, suplemento 3, São Paulo, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&HYPERLINK Acesso em: 31 mai 2020.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *In: Revista Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 31 mai 2020.

OSSE, C. M. C. **Saúde Mental de Universitários e Serviços de Assistência Estudantil: estudo multiaxial em uma Universidade Brasileira**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2013.

RAMOS, L. de F. de C. **A assistência ao estudante nas IFES em contexto brasileiro: o programa Saudavelmente da Procom-UFG, Goiânia**, 2012. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/2165/1/LILA%20D.pdf> Acesso em: 21 abr 2019.

SANTOS, C. P. C. dos; MARAFON, N. M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/313503065> Acesso em: 28 ago 2020.

SGUISSARDI, V. O Banco Mundial e a educação superior: revisando teses e posições. *In: Universidade e Sociedade*, Brasília, n. 22, nov. 2000. Disponível em <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1111t.PDF>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.- dez., 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3302015000400867> Acesso em: 31 mai 2020.

PEREZ, K. V.; BRUN, L. G.; RODRIGUES, C. M. L.; Saúde mental no contexto universitário: desafios e práticas. *Revista Trabalho En(Cena)*, Palmas-TO, v.4, n. 2, 2019, pp.357-365. ISSN eletrônico: 2526-1487. Disponível em <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/8093>. Acesso em: 19 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2021, 13 de mai. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19#collapse-accordion-24199-1>. Acesso em: 26 mai de 2022.